

TUTELA PROVISÓRIA NA AÇÃO ORIGINÁRIA 2.441 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
AUTOR(A/S)(ES) : RUBENS ALBERTO GATTI NUNES
ADV.(A/S) : RUBENS ALBERTO GATTI NUNES
ADV.(A/S) : PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO
RÉU(É)(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RÉU(É)(S) : SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: Trata-se de “ação popular”, com pedido de tutela provisória, **ajuizada, inicialmente, perante** a Justiça Federal de primeira instância, **contra** a União Federal e o Senado Federal, **com o objetivo** de declarar a inconstitucionalidade do PLC nº 27/2016, que “Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Ao apreciar a presente causa, o Juízo da 6ª Vara Federal de Campinas (Seção Judiciária de São Paulo) **declinou** de sua competência e **ordenou** a remessa dos autos a esta Suprema Corte (CF, art. 102, I, “n”), **eis que existiria** – segundo aquele Juízo – **interesse direto e geral** de todos os membros da Magistratura na resolução da controvérsia.

Sendo esse o contexto, **cumpr**e analisar, preliminarmente, **se se revela caracterizada**, na espécie, **hipótese** de instauração da competência originária desta Corte Suprema.

E, ao fazê-lo, **ressalto** que a regra inscrita no art. 102, I, “n”, da Constituição, **para viabilizar** o reconhecimento da competência originária do Supremo Tribunal Federal, **impõe que se configure**, em cada caso ocorrente, **além da existência** de interesse, direto ou indireto, de “(...) **todos os membros da magistratura** (...)”, **também o caráter exclusivo do direito por eles vindicado**.

AO 2441 TP / SP

É que, como se sabe, a jurisprudência desta Corte firmada em tema de aplicabilidade da regra de competência **consubstanciada** no art. 102, I, “n”, primeira parte, da Constituição Federal **supõe**, para incidir, a existência de interesse exclusivo da Magistratura, **ausente**, contudo, na espécie destes autos **pelo fato** de a matéria concernente ao subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal **mostrar-se de interesse geral e comum a outras** categorias funcionais (**como**, p. ex., os Defensores Públicos, os membros integrantes de Tribunais de Contas, os Procuradores de Estado, os Procuradores do Distrito Federal e os Procuradores Municipais, **estes** por força de julgamento plenário do Supremo Tribunal Federal **proferido**, sob regime de repercussão geral, no **RE 663.696/MG**, Rel. Min. LUIZ FUX), **considerados**, nesse contexto, a própria disciplina constitucional do *teto remuneratório* (**CF**, art. 37, XI) e o escalonamento vertical dela decorrente.

Desse modo, ao fixar o sentido e o alcance da regra constitucional inscrita no art. 102, I, “n”, da Carta Política, esta Suprema Corte **delimitou-lhe**, em sucessivos pronunciamentos, **o âmbito** de incidência e aplicabilidade, **ressaltando** que falecerá competência originária ao Supremo Tribunal Federal **quando** o objeto da causa **não envolver** direitos, interesses ou vantagens que digam respeito, unicamente, à própria Magistratura (**RTJ 128/475**, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – **RTJ 138/3**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **RTJ 138/11**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **RTJ 144/349**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **RTJ 147/179**, Red. p/ o acórdão Min. ILMAR GALVÃO – **AO 662-MC/PE**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 955-AgR/ES**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **AO 1.635-TA/MS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 1.651-TA/ES**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 1.688/SC**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **AO 1.775/DE**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, v.g.):

**“SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – COMPETÊNCIA
ORIGINÁRIA (CF ART. 102, I, ‘N’) – NORMA DE
DIREITO ESTRITO – MAGISTRADOS QUE PRETENDEM**

AO 2441 TP / SP

A PERCEPÇÃO DO ADICIONAL DE 1/3 SOBRE OS DOIS PERÍODOS ANUAIS DE FÉRIAS A QUE FAZEM JUS – VANTAGEM QUE NÃO É EXCLUSIVA DA MAGISTRATURA – AÇÃO AJUIZÁVEL EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO STF – AGRAVO IMPROVIDO.

– A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – tendo presente a interpretação dada ao preceito constante do art. 102, I, 'n', da Constituição (RTJ 128/475 – RTJ 138/3 – RTJ 138/11, v.g.) – firmou-se no sentido de não reconhecer a competência originária desta Corte, sempre que a controvérsia envolver vantagens, direitos ou interesses comuns à magistratura e a outras categorias funcionais.

– O direito reclamado – analisado na perspectiva do estatuto jurídico pertinente à Magistratura – não tem qualquer conotação de natureza corporativo-institucional (pois é também titularizado pelos representantes do Ministério Público e membros integrantes dos Tribunais de Contas) e não se restringe, por isso mesmo, apenas àqueles que estejam investidos no desempenho de cargos judiciários.

– Enquanto houver um único Juiz capaz de decidir a causa em primeira instância, não será lícito deslocar para o Supremo Tribunal Federal, com apoio no art. 102, I, 'n', da Constituição, a competência para o processo e julgamento da ação promovida pela quase totalidade dos magistrados estaduais.

– Eventual recurso de apelação a ser interposto contra a decisão do magistrado de primeiro grau – que é o órgão judiciário competente para apreciar a causa – deslocar-se-á, 'per saltum', para o Supremo Tribunal Federal, desde que se evidencie a ocorrência de impedimento/suspeição de mais da metade dos Desembargadores componentes do Tribunal de Justiça do Estado. Precedentes: AO 263/SC (Questão de Ordem), Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – AO 378/SC, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, v.g..”

(RTJ 164/840, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Isso significa que, se os interesses, direitos ou vantagens constituírem situações comuns a outras categorias funcionais – como, p. ex., aquelas acima referidas, tratando-se do teto remuneratório do funcionalismo

AO 2441 TP / SP

público –, **descharacterizar-se-á, em função desse estado de comunhão jurídica, a própria “ratio essendi” justificadora da especial competência originária** do Supremo Tribunal Federal **instituída** pela Constituição da República.

Considerando, portanto, que a matéria em exame **não** revela a existência, *na espécie*, de interesse **privativo e exclusivo** da Magistratura, **não há como reconhecer** ocorrente, *no caso*, a hipótese de competência originária do Supremo Tribunal Federal **prevista** no art. 102, I, “n”, da Constituição.

É preciso ter presente, *no ponto*, que a competência originária do Supremo Tribunal Federal, **por qualificar-se** como um complexo de atribuições jurisdicionais de extração **essencialmente** constitucional – **e ante o regime de direito estrito** a que se acha submetida –, **não comporta a possibilidade** de ser estendida a situações que extravasem os rígidos limites fixados, em “*numerus clausus*”, pelo rol exaustivo inscrito no art. 102, I, da Carta Política, **consoante adverte a doutrina** (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, “Comentários à Constituição Brasileira de 1988”, vol. 2/217, 1992, Saraiva) e **proclama a jurisprudência** desta própria Corte (**RTJ** 43/129 – **RTJ** 44/563 – **RTJ** 50/72 – **RTJ** 53/776):

“A COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – CUJOS FUNDAMENTOS REPOUSAM NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – SUBMETE-SE A REGIME DE DIREITO ESTRITO

– A competência originária do Supremo Tribunal Federal, por qualificar-se como um complexo de atribuições jurisdicionais de extração essencialmente constitucional – e ante o regime de direito estrito a que se acha submetida –, não comporta a possibilidade de ser estendida a situações que extravasem os limites fixados, em ‘numerus clausus’, pelo rol exaustivo inscrito no art. 102, I, da Constituição da República. Precedentes.

AO 2441 TP / SP

O regime de direito estrito a que se submete a definição dessa competência institucional tem levado o Supremo Tribunal Federal, por efeito da taxatividade do rol constante da Carta Política, a afastar do âmbito de suas atribuições jurisdicionais originárias o processo e o julgamento de causas de natureza civil que não se acham inscritas no texto constitucional (...). Precedentes.”

(RTJ 171/101-102, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

A “ratio” subjacente a esse entendimento, **que acentua o caráter absolutamente estrito** da competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, **vincula-se** à necessidade *de inibir indevidas ampliações descaracterizadoras* da esfera de atribuições institucionais desta Suprema Corte, **conforme ressaltou, a propósito do tema em questão**, em voto vencedor, o saudoso Ministro ADALÍCIO NOGUEIRA (RTJ 39/56-59, 57).

Impende salientar, por relevante, que essa **mesma** diretriz jurisprudencial **tem sido observada em sucessivos julgamentos** no âmbito desta Corte Suprema **a propósito de questão pertinente a vantagens pecuniárias comuns** à magistratura **e, também**, a outras categorias funcionais (AO 1.743-AgR/DF, Red. p/ o acórdão Min. EDSON FACHIN – AO 1.769-AgR/DF, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – AO 1.774-AgR/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AO 2.012-AgR/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX – AO 2.339/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AO 2.362/DF, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, v.g.):

“AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO ORIGINÁRIA. MAGISTRADO. AUXÍLIO MORADIA. LOCALIDADE DE DIFÍCIL ACESSO. SIMETRIA COM MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. LC 75/93. CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO EXCLUSIVO DA MAGISTRATURA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO FORMAL DE MAIS DA METADE DOS MEMBROS DO TRIBUNAL DE ORIGEM. INCOMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.”

AO 2441 TP / SP

1. *A instauração de competência originária do Supremo Tribunal Federal com fundamento no art. 102, I, 'n', da Constituição Federal depende da existência de interesse (direto ou indireto) da totalidade da magistratura nacional no julgamento da causa e que este não revele pretensão passível de ser repetida por outras carreiras do serviço público. Precedentes: AO 2.126, redator para acórdão Min. Edson Fachin, DJe 9.3.2017; Rcl 16.597, Rel. Min. Teori Zavascki, Dje 19.02.2014.*

2. *Na espécie, pleiteia-se o pagamento de auxílio-moradia com fundamento no art. 227, VIII, da LC 75/93 e na simetria entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público Federal, em razão do exercício de funções em município classificado pela Portaria-PGR 484/2006 como localidade de difícil acesso.*

3. *A causa de pedir revela circunstância excepcional que interessa apenas a magistrados lotados em municípios considerados de difícil acesso, e não a toda a magistratura.*

Agravo regimental a que se nega provimento."

(AO 2.059-AgR/PR, Rel. Min. EDSON FACHIN – grifei)

Cabe registrar, ainda, que o eventual reconhecimento da competência originária do Supremo Tribunal Federal, com fundamento no art. 102, I, "n", da Constituição da República, para processar e julgar causas cujo objeto envolva vantagens comuns tanto a magistrados como a servidores públicos em geral culminaria por transformar esta Corte em verdadeiro "forum attractionis" de múltiplas demandas que, na realidade, poderiam (e deveriam) ser resolvidas pelas instâncias judiciais de primeiro grau, inclusive pelos próprios Juizados Especiais Cíveis, a depender, nesta hipótese, do valor da causa.

AO 2441 TP / SP

Mesmo que se revelasse lícito superar essa questão prévia, concernente à falta de competência originária do Supremo Tribunal Federal, ainda assim não se mostraria possível admitir o processamento desta “ação popular”.

Com efeito, a análise da postulação **deduzida** nesta causa **evidencia** que, nela, o autor busca, *unicamente*, o reconhecimento, *em abstrato*, da inconstitucionalidade da proposição legislativa ora impugnada, **sem** que esse pleito guarde qualquer conexão com uma dada situação concreta.

Cumpre enfatizar, no ponto, que o magistério doutrinário **tem entendido ser juridicamente inadmissível a utilização da ação popular como instrumento viabilizador do controle jurisdicional de leis em tese** (e, “a fortiori”, de simples proposição legislativa, como na espécie), **a revelar, em consequência**, no contexto ora referido, o inteiro descabimento da “actio popularis”, **consoante advertem autores eminentes** (PINTO FERREIRA, “Comentários à Constituição Brasileira”, vol. 1/213, 1989, Saraiva; ALEXANDRE DE MORAES, “Direito Constitucional”, p. 216, item n. 8.4, 35ª ed., 2019, Gen/Atlas; UADI LAMMÊGO BULOS, “Constituição Federal Anotada”, p. 388, item n. 4, 6ª ed., 2005, Saraiva; HELY LOPES MEIRELLES, ARNOLDO WALD e GILMAR FERREIRA MENDES, “Mandado de Segurança e Ações Constitucionais”, p. 186, item n. 4, 35ª ed., 2013, Malheiros, v.g.), **sendo de destacar-se**, em razão de sua precisa lição, o ensinamento de WALBER DE MOURA AGRA (“Curso de Direito Constitucional”, p. 220, item n. 10.5, 4ª ed., 2008, Gen/Forense):

“Como limites à ação popular, a doutrina e a jurisprudência têm elencado a impossibilidade de sua impetração contra lei em tese, como instrumento de controle de constitucionalidade, em virtude da soberania popular, que ampara os atos legislativos, bem como contra decisões judiciais.” (grifei)

AO 2441 TP / SP

Não constitui demasia assinalar, ainda, que assim se tem orientado a jurisprudência dos Tribunais em geral (RT 220/367 – RT 623/155 – RT 783/267 – RT 786/397 – RT 796/392, v.g.), inclusive a desta Suprema Corte (Rcl 1.017/SP, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, v.g.):

“AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO ORIGINÁRIA. MAGISTRADOS. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL ELEITA. AÇÃO POPULAR QUE NÃO SE DESTINA À SUSTAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS GENÉRICOS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO EXCLUSIVO DA MAGISTRATURA. INCOMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A ação popular, via processual eleita pelo autor, não pode ser utilizada como alternativa à não propositura de uma ação direta de inconstitucionalidade, sob pena de uma ampliação indevida do rol de legitimados previsto no art. 103 da Constituição da República. Tal instrumento processual tem como objetivo anular atos administrativos lesivos ao Estado, e não a anulação de atos normativos genéricos.

2. A competência constitucional originária do Supremo Tribunal Federal para a ação prevista no art. 102, I, ‘n’, da Constituição Federal, demanda a existência de situação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados e que o direito postulado seja exclusivo da categoria.

3. Nesse sentido: A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – tendo presente a interpretação dada ao preceito constante do art. 102, I, ‘n’, da Constituição (RTJ 128/475 – RTJ 138/3 – RTJ 138/11) – firmou-se no sentido de não reconhecer a competência originária desta Corte, sempre que a controvérsia envolver vantagens, direitos ou interesses comuns à magistratura e a outras categorias funcionais (AO 465 AgR/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

4. ‘In casu’, ausente o requisito da exclusividade do direito postulado, não há falar em competência desta Corte para a causa.

AO 2441 TP / SP

5. *Agravo regimental DESPROVIDO.*"

(**AO 1.725-AgR/DE**, Rel. Min. LUIZ FUX – grifei)

Na realidade, **constata-se** que esta "ação popular" está sendo *indevidamente* utilizada como *verdadeiro sucedâneo* de ação direta de inconstitucionalidade, para cujo ajuizamento **falece** legitimação ativa "ad causam" à parte autora.

Vale ressaltar, por oportuno, **a advertência** deste Supremo Tribunal Federal, **cujas decisões** já acentuaram, *por mais de uma vez*, **a inviabilidade** do emprego, *p. ex.*, do "writ" mandamental **como instrumento de controle abstrato** da validade constitucional das leis, atos normativos em geral **e** de ações ou omissões estatais (**RTJ 110/77**, Rel. Min. FRANCISCO REZEK – **RTJ 111/184**, Rel. Min. DJACI FALCÃO – **RTJ 132/1136**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*):

"É plena a insindicabilidade, pela via jurídico-processual do mandado de segurança, de atos em tese, assim considerados os que dispõem sobre situações gerais e impessoais, têm alcance genérico e disciplinam hipóteses que neles se acham abstratamente previstas. O mandado de segurança não é sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade nem pode substituí-la, sob pena de grave deformação do instituto e inaceitável desvio de sua verdadeira função jurídico-processual."

(**RTJ 132/189**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

"I. (...) Todavia, se o decreto tem efeito normativo, genérico, por isso mesmo sem operatividade imediata, necessitando, para a sua individualização, da expedição de ato administrativo, então contra ele não cabe mandado de segurança, já que, admiti-lo, seria admitir a segurança contra lei em tese, o que é repellido pela doutrina e pela jurisprudência (Súmula nº 266).

II. – Mandado de segurança não conhecido."

(**RTJ 138/756**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei)

AO 2441 TP / SP

Observo, de outro lado, no caso em exame, que, além da indevida utilização da ação popular como sucedâneo de processo de controle normativo abstrato, o autor deduz impugnação a um mero projeto de lei (PLC nº 27/2016), o que importaria, se tal fosse possível, na instauração de verdadeiro controle preventivo e abstrato de constitucionalidade, de todo inviável em nosso sistema de direito positivo.

É certo que o sistema de fiscalização abstrata de caráter preventivo acha-se consagrado em diversos ordenamentos jurídicos – como os da Costa Rica (art. 128), da Itália (art. 127 – leis regionais), da Finlândia (art. 19), da República da Irlanda (art. 26), do Chile (art. 82, 1º e 2º), da França (art. 61), de Portugal (art. 278) e da Espanha (art. 95, 2, e 161, 1, “d”), v.g. –, cuja regulação objetiva propiciar o controle prévio de constitucionalidade de meras proposições legislativas, ainda não transformadas em espécies normativas definitivas e estáveis. Nesse sistema, acha-se pressuposta uma situação jurídica revestida de pré-normatividade, em que inexiste ato estatal com o seu ciclo de formação já concluído.

Cumprе assinalar, ainda, tal como adverte EDUARDO GARCÍA DE ENTERRÍA (“La Constitución como Norma y el Tribunal Constitucional”, p. 153/154, 3ª ed., 1985, Editorial Civitas, Madrid), que, na fiscalização preventiva em abstrato, o Tribunal não desempenha mera função consultiva, dado o caráter vinculante de sua decisão, que impede a própria sanção e promulgação da lei ou da emenda à Constituição.

O direito constitucional positivo brasileiro, no entanto, ao longo de sua evolução histórica, jamais autorizou – como a Constituição promulgada em 1988 também não o admite – o sistema de controle jurisdicional preventivo de constitucionalidade em abstrato. Inexiste, portanto, em nosso sistema jurídico, a possibilidade de fiscalização abstrata preventiva, pelo Supremo Tribunal Federal, da legitimidade constitucional de meras proposições normativas.

AO 2441 TP / SP

Atos normativos “*in fieri*”, vale dizer, *ainda em fase de formação*, com tramitação procedimental **não** concluída, **não ensejam nem dão margem ao controle concentrado ou em tese** de constitucionalidade, **que supõe – ressalvadas** as situações configuradoras de omissão juridicamente relevante – **a existência de espécies normativas definitivas, perfeitas e acabadas**. **Ao contrário do ato normativo – que existe e que pode** dispor de eficácia jurídica imediata, **constituindo**, por isso mesmo, uma realidade inovadora da ordem positiva –, **a mera proposição legislativa, como o PLC nº 27/2016 (objeto de impugnação nesta causa), nada mais encerra** do que *simples proposta de direito novo, a ser submetida* à apreciação do órgão competente, **para que, de sua eventual aprovação, possa derivar, então, a sua introdução formal** no universo jurídico.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal **tem refletido claramente essa posição em tema de controle normativo abstrato, exigindo**, nos termos do que prescreve **o próprio** texto constitucional – **e ressalvada** a hipótese de inconstitucionalidade por omissão – **que o processo** de fiscalização **concentrada** de constitucionalidade **tenha, e só possa ter, como objeto juridicamente idôneo, apenas** emendas à Constituição, leis e atos normativos, federais ou estaduais, *já promulgados, editados e publicados*:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL – INSTITUIÇÃO DA PENA DE MORTE MEDIANTE PRÉVIA CONSULTA PLEBISCITÁRIA – LIMITAÇÃO MATERIAL EXPLÍCITA DO PODER REFORMADOR DO CONGRESSO NACIONAL (ART. 60, § 4º, IV) – INEXISTÊNCIA DE CONTROLE PREVENTIVO ABSTRATO (EM TESE) NO DIREITO BRASILEIRO – AUSÊNCIA DE ATO NORMATIVO – NÃO CONHECIMENTO DA AÇÃO DIRETA.

AO 2441 TP / SP

– O direito constitucional positivo brasileiro, ao longo de sua evolução histórica, jamais autorizou – como a nova Constituição promulgada em 1988 também não o admite – o sistema de controle jurisdicional preventivo de constitucionalidade, em abstrato. Inexiste, desse modo, em nosso sistema jurídico, a possibilidade de fiscalização abstrata preventiva da legitimidade constitucional de meras proposições normativas pelo Supremo Tribunal Federal.

Atos normativos ‘in fieri’, ainda em fase de formação, com tramitação procedimental não concluída, não ensejam e nem dão margem ao controle concentrado ou em tese de constitucionalidade, que supõe – ressalvadas as situações configuradoras de omissão juridicamente relevante – a existência de espécies normativas definitivas, perfeitas e acabadas. Ao contrário do ato normativo – que existe e que pode dispor de eficácia jurídica imediata, constituindo, por isso mesmo, uma realidade inovadora da ordem positiva –, a mera proposição legislativa nada mais encerra do que simples proposta de direito novo, a ser submetida à apreciação do órgão competente, para que, de sua eventual aprovação, possa derivar, então, a sua introdução formal no universo jurídico.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem refletido claramente essa posição em tema de controle normativo abstrato, exigindo, nos termos do que prescreve o próprio texto constitucional – e ressalvada a hipótese de inconstitucionalidade por omissão – que a ação direta tenha, e só possa ter, como objeto juridicamente idôneo, apenas leis e atos normativos, federais ou estaduais, já promulgados, editados e publicados.

– A impossibilidade jurídica de controle abstrato preventivo de meras propostas de emenda não obsta a sua fiscalização em tese quando transformadas em emendas à Constituição. Estas – que não são normas constitucionais originárias – não estão excluídas, por isso mesmo, do âmbito do controle sucessivo ou repressivo de constitucionalidade. (...).”

(ADI 466-MC/DE, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

AO 2441 TP / SP

Esse mesmo entendimento veio a ser reafirmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em julgamento que restou consubstanciado em acórdão assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL ADVERSANDO DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO À ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL, UMA VEZ QUE, À LUZ DA LEI Nº 9.882/99, ESTA DEVE RECAIR SOBRE ATO DO PODER PÚBLICO NÃO MAIS SUSCETÍVEL DE ALTERAÇÕES. A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO NÃO SE INSERE NA CONDIÇÃO DE ATO DO PODER PÚBLICO PRONTO E ACABADO, PORQUE AINDA NÃO ULTIMADO O SEU CICLO DE FORMAÇÃO.

ADEMAIS, O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL TEM SINALIZADO NO SENTIDO DE QUE A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL VEIO A COMPLETAR O SISTEMA DE CONTROLE OBJETIVO DE CONSTITUCIONALIDADE. ASSIM, A IMPUGNAÇÃO DE ATO COM TRAMITAÇÃO AINDA EM ABERTO POSSUI NÍTIDA FEIÇÃO DE CONTROLE PREVENTIVO E ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE, O QUAL NÃO ENCONTRA SUPORTE EM NORMA CONSTITUCIONAL POSITIVA.

AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.”

(ADPF 43-AgR/DF, Rel. Min. AYRES BRITTO – grifei)

E é exatamente essa a situação exteriorizada neste processo, no qual se postulou a efetivação de controle abstrato de constitucionalidade em caráter preventivo, sem que ainda existisse, formalmente, qualquer ato normativo definitivamente incorporado ao ordenamento positivo. O ato aqui tratado concerne, tão somente, a mero projeto de lei que sequer havia sido introduzido, à época do ajuizamento da presente ação popular, no plano de existência jurídica, não se ajustando, em consequência, para efeito de fiscalização de constitucionalidade, à noção de ato normativo.

AO 2441 TP / SP

Cuidando-se, pois, na oportunidade da instauração deste processo, de mera proposição que, embora aprovada pelo Congresso Nacional, ainda dependia de sanção presidencial, mostrando-se, por isso mesmo, destituída, naquele momento, da formal configuração de ato normativo, torna-se lícito reconhecer a inidoneidade – enquanto simples proposta de direito novo – do pretendido controle preventivo, em tese, de constitucionalidade, que, insista-se, só assume, no direito positivo brasileiro, quanto ao tempo ou ao momento de sua instauração, a modalidade de controle abstrato sucessivo ou repressivo, jamais, porém, a de fiscalização preventiva.

Em suma: qualquer que seja o ângulo sob o qual se examine esta demanda, não se revela viável o seu processamento, em sede originária, perante o Supremo Tribunal Federal.

Sendo assim, e em face das razões expostas, não conheço da presente “ação popular” (CPC, art. 932, VIII, c/c o RISTE, art. 21, § 1º), restando prejudicada, em consequência, a apreciação do pedido de tutela provisória.

Arquivem-se estes autos.

Publique-se.

Brasília, 09 de setembro de 2019.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator